

IMPACTOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CRESCIMENTO ECONOMICO NA ERA LULA

Francisco Thainan Diniz Maia ¹

doi: 10.47283/244670492022100249

RESUMO

O artigo tem o objetivo de estudar os impactos da distribuição de renda no crescimento econômico no que se convencionou chamar de Era Lula (2003-2010) levantando os limites do modelo macroeconômico adotado e os avanços que a sociedade brasileira, tanto em termos de crescimento econômico quanto no desenvolvimento. Analisando também a alteração das características da cesta de consumo dos trabalhadores nesse período.

PALAVRAS-CHAVES: Governo Lula. Crescimento econômico. Distribuição de renda.

ABSTRACT

The article aims to study the impacts of income distribution on economic growth in what is called the Lula Era (2003-2010), raising the limits of the macroeconomic model adopted and the advances that a Brazilian society, both in terms of economic growth as for development, above all, the change in the characteristics of the consumption basket of workers in that period.

KEYWORDS: *Lula's Government. Economic Development. Income Distribution*

INTRODUÇÃO

Ao fazermos um levantamento histórico da economia brasileira, dois períodos se destacam em termo de crescimento econômico, o primeiro deles se dá entre 1968-1973 o chamado Milagre econômico brasileiro, que teve taxas de crescimento jamais vistas novamente na história brasileira que, no entanto, foi acompanhado pela ampliação das desigualdades, utilizando a metáfora da época, o bolo cresceu, mas não podia ser dividido. Os setores que puxaram a economia diziam respeito a bens industrializados mais sofisticados e demandantes de mão-de-obra mais qualificadas, inflando os salários do topo da pirâmide da renda e reforçando a demanda por esses bens, em uma espécie de ciclo virtuoso.

O segundo período com um crescimento significativo na economia brasileira diz respeito ao período de 2006-2010, no qual observamos a dinâmica crescente da economia com taxas inferiores às observadas durante o Milagre. Entretanto, diferentemente do ocorrido durante a ditadura militar, trouxe consigo uma redução das desigualdades, devido a todas as políticas distributivas adotadas sobretudo no segundo governo Lula, como as transferências diretas do Bolsa família e a ampliação do mercado de crédito, que podem ser analisadas como medidas de curto prazo que inseriram parte significativa da população brasileira no mercado consumidor.

Isso provocou um processo parecido com o do Milagre Econômico brasileiro, em um processo dinâmico gerador de demanda, no entanto, com uma primordial diferença, os setores

¹ Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de São Paulo e Secretário Adjunto de Cultura de Franco da Rocha. E-mail: thainan.maia@hotmail.com

que se expandiram requeriam uma mão-obra menos qualificada, como e o caso da construção civil e do mercado automobilístico que são parte importante dos salários da parte mais baixa da pirâmide, isso elevou o grau de formalização do setor, bem como causou uma pressão salarial para essas faixas que resultou em um ciclo de mais redução de desigualdade bem como de elevação de demanda.

Diante dessas transformações na pauta produtiva, o artigo em formato de ensaio buscará discorrer sobre o processo de crescimento econômico, suas implicações sob os itens consumidos pelas classes da base da pirâmide econômica brasileira e refletir se o governo Lula impôs a economia brasileira, ainda que em um curto-prazo um novo padrão de desenvolvimento econômico no Brasil.

1 GANHOS DE RENDA E PADRÃO DE CONSUMO NO BRASIL (2006-2010)

O processo de redução de teve impacto direto na cesta de consumo dos brasileiros, tanto produtos quanto serviços que antes eram acessíveis apenas as classes superiores de renda, passaram a ser acessados pelas classes de baixa renda. Isso provou transformações na configuração do Produto Interno Brasileiro, temos uma queda na participação de alimentos e artigos de alimentos e vestuário e um aumento participativo relativos à habitação, transporte, serviços, higiene, setor de saúde bem como cuidados sociais.

Para a teoria econômica isso pode ser explicada pela Lei de Engel, que mostra como a quantidade procurada de um bem ou serviço altera-se devido a variações na renda, agentes com rendas inferiores direcionam seu consumo para insumos básicos enquanto as rendas superiores reservam uma fatia muito maior:

“A Lei de Engel, pode explicar o fato de que, em geral, após um primeiro estágio do desenvolvimento econômico em que a agricultura é dominante, tanto em termos da proporção de pessoas empregadas, quanto da participação no PIB, a indústria passa a ganhar importância, e é posteriormente substituída pelo setor de serviços, em uma terceira fase. Assim, a maior parte da mão de obra, está empregada nos setores de serviços.” (CARVALHO, 2018, p. 24).

É evidente que em paralelo aos mecanismos de distribuição de renda, o governo adotou medidas para promover o crescimento econômico, como por exemplo, o aumento do investimento público, o principal motor de crescimento do nosso mercado interno. Os investimentos foram fomentados sobretudo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que foi lançado em janeiro de 2007 direcionado principalmente para gastos nas áreas de infraestrutura social e urbana com foco em saneamento e habitação, energia e também no setor logístico, como hidrovias e portos. O montante previsto foi de 503,9 bilhões de reais sendo executado 94,1% aproximadamente.

Esses investimentos além de causarem impactos diretos na economia, fomentaram a geração de emprego e gastos indiretos através do multiplicador – indicador que mensura o choque em uma variável endógena motivado por variações exógenas, exemplificando, o gasto governamental fomentou empregos e gerou renda marginal que foi gasta no consumo de bens e serviços, a produção de usinas hidrelétricas movimentou o serviço de construção civil, que por sua vez demandou produções de aço e ferro para seus insumos bem como o setor de transportes,

isso ocorre em uma espécie de ciclo – estudos foram feitos visando calcular o impacto do gasto público no Brasil, Pires (2014) ao estimar os efeitos multiplicadores de gastos, investimentos públicos e carga tributária no período entre 1996-2012 chega à conclusão que a cada unidade monetária gasta em investimentos públicos temos um incremento de 1,4 real no PIB (PIRES, 2014).

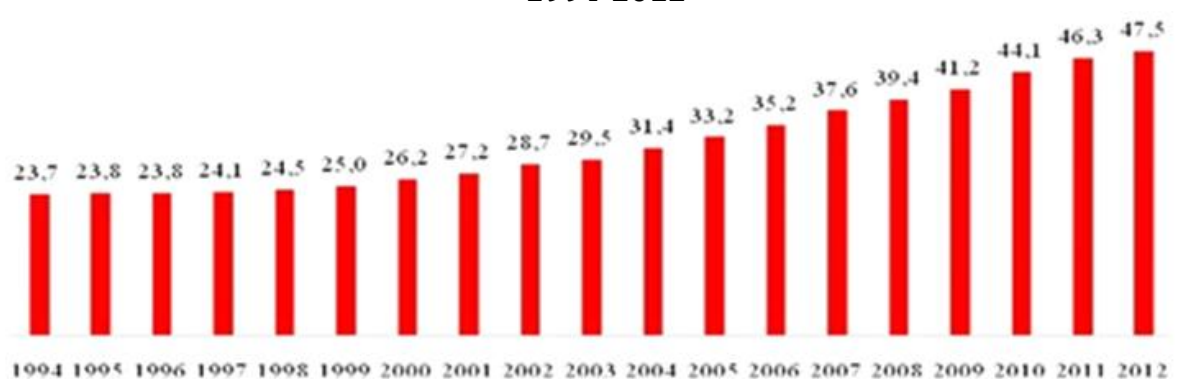
As políticas distributivas gerando um novo mercado consumidor, em termos de capacidade de consumo programas assistências e o acesso ao crédito significou a ascensão de 25 milhões de pessoas da classe C e D (BIANCARELLI, 2014), os investimentos públicos e a alta das commodities podem ser considerados os principais fatores dinâmicos do período. Quando analisamos o crescimento do Produto Nacional chegamos à conclusão que os níveis de investimento cresceram a taxas superiores do que próprio consumo das famílias. “... *quando se olha apenas para as taxas de crescimento real dos diversos componentes da demanda, vê-se que o consumo cresceu menos do que o investimento nesse período.*” (CARVALHO, 2018, p. 33)

Esse comportamento, está em desacordo com os pressupostos dos modelos macroeconômicos ortodoxos, afinal o produto sempre será limitado pela capacidade de oferta, logo o aumento de consumo deve ocorrer em detrimento do investimento, o que encontramos é justamente o contrário:

“Na verdade, o aumento do consumo ou de qualquer outro componente da demanda acaba estimulando o próprio investimento, na medida em que a principal varável a afetar a decisão de investir é o nível de atividade econômica. Em outras palavras, o empresário pensa: estou utilizando muito da capacidade que tenho, preciso expandir esse potencial (comprar mais máquinas e equipamentos, aumentar a planta da fábrica) para produzir mais e atender essa nova demanda”. (CARVALHO, 2018, p.33)

Outro fato histórico brasileiro desafia a lógica dos manuais de macroeconomia ortodoxos é o de que elevações no salário mínimo que superem a taxa de produtividade da economia gerará desemprego e elevações de trabalhadores no mercado de trabalho informal – Isso é sustentado partindo do princípio que o mercado de trabalho tem uma dinâmica semelhante aos dos demais mercados, quanto maior a flexibilidade das leis trabalhistas e menor o custo de mão-obra (oferta), maior será a demanda por trabalhadores – Ao analisarmos a história, notamos que aconteceu justamente o contrário, em um período com maciças elevações de salário mínimo (já sinalizadas anteriormente) o período do segundo governo Lula é marcado pelo crescimento do emprego no mercado formal, motivada pelo polo de crescimento econômico como as alterações no padrão de consumo, visto o incremento de importância do setor de serviços na economia.

Figura 01 – Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego (em milhões) 1994-2012



Fonte: RAIS (2012).

Nesse sentido, é possível dizer que o Brasil atingiu um novo nível de desenvolvimento durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecido por um processo de políticas econômicas e sociais direcionadas para o crescimento econômico e concomitantemente à redução das desigualdades?

2 LIMITES DO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Ao realizar uma análise no que diz respeito a pirâmide de riqueza da sociedade brasileira, encontramos uma primeira limitação da política implementada no Governo Lula. Morgan (2017) realizou um trabalho cruzando as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) com informações disponibilizadas pela Receita Federal de declarações de Impostos de Renda, chegando a conclusão de que a distribuição de riquezas atingiu patamares menores do que o que era de se esperar. Durante todos os anos 2000 não houve indícios de queda da renda dos 1% mais ricos do país, e ainda mais, os 0,01% mais rico da população se apropriou do crescimento de toda a renda no período.

O estudo mostra que apesar dos 50% da parte inferior quando se trata de renda no Brasil conquistarem um aumento da participação da renda (antes de considerarmos os tributos) de 11% para aproximadamente 12%, o décimo mais rico se apropriou de 3 pontos percentuais a mais do que quando começou o século, partindo de 25% para 28% em 2015. Logo, os 40% das faixas intermediárias diminuíram sua participação no que diz respeito à apropriação da renda, saindo de um patamar de 34% para 32% sendo exprimido pelo topo e pelas partes inferiores da pirâmide.

A maior apropriação de renda das classes que ficam com mais de um quarto do PIB se deve não aos investimentos produtivos, ao aumento das taxas de lucro e obviamente as taxas de produtividade brasileira, mas sim por investimentos rentistas baseados sobretudo em ativos financeiros e a expressiva valorização dos preços imobiliários. Aqui também temos a prática da ação da taxa básica de juros na distribuição de renda, ora, ela serve como o piso para a cobrança sobre as operações financeiras efetuadas pelos bancos de crédito prejudicando o que deles precisam, bem como sendo os juros que incidem sobre os títulos do tesouro, sua manutenção em

níveis elevados torna o Estado em um distribuidor de renda dos contribuintes para os que possuem a riqueza financeira (CARVALHO, 2018).

Ainda nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo a partir de dados da PNAD e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) coletados em 2002-2003 e 2008-2009, que chega à conclusão de que o caráter progressivo do gasto social, foi anulado pelo caráter regressivo gerado pelo *modus operandi* do sistema de tributação brasileiro (IBGE, 2019).

“A tributação indireta sobre o consumo e produção (...) foi responsável por aumentar a desigualdade de renda (Gini) em 4,7% em 2009, ante o efeito quase igual em 2003, de 4,6%. O caráter regressivo desse tipo de tributação – que responde pela maior parte de arrecadação de impostos do Brasil – mais do que compensa o efeito progressivo dos impostos diretos – Imposto de Renda, Contribuições previdenciárias, IPTU, IPVA e outros –, que, pelas alíquotas demasiadamente baixas e isenções concedidas, reduziram a desigualdade em apenas 2,6% em 2009 e 1,9% em 2003” (CARVALHO, 2017).

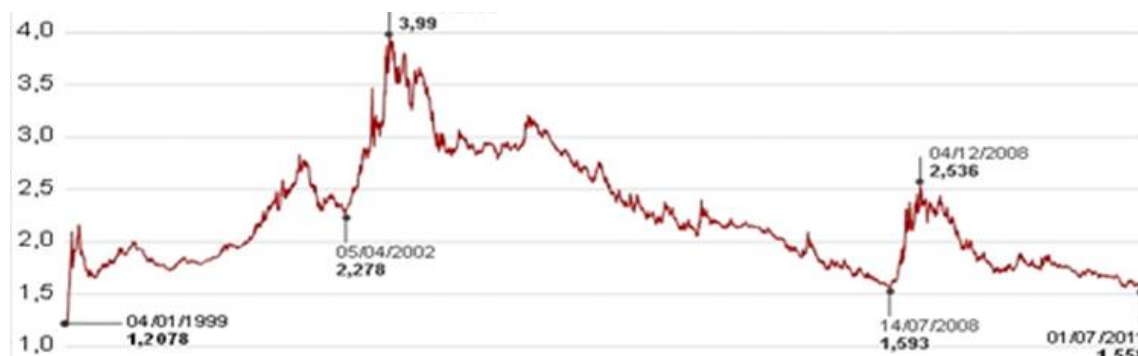
Ou seja, além de todos os programas e políticas realizadas para a distribuição de rendas de maneira focalizada ou universalizada faltou um fator primordial que foi a reforma tributária progressiva, caminhando no sentido de taxar o consumo e produção em proporções menores ao que ainda hoje praticado e aumentasse a tributação que incide sobre patrimônio e renda.

3 LIMITES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O processo de crescimento econômico deixou latente algumas limitações estruturais brasileiras bem como as posições de mercado condicionadas internacionalmente sobretudo no que tange à política monetária. O que ficou evidente foi o atraso da indústria nacional, nos períodos em que a distribuição de renda estava em seu ápice, fomentando sobretudo o consumo. No período de 2008-2009 o comércio varejista cresceu a taxas elevadas e bem superiores ao crescimento do setor industrial, ou seja, essa diferença entre as taxas de crescimento pode ser explicada pela negociação de produtos de outros países, as importações entre 2005 e 2010 mais do que dobraram, crescendo 103,4%. Logo, o aumento do consumo brasileiro estava em parte saindo do país e isso pode ser explicado por alguns fatores (HOFFMANN, 2011).

Através do gráfico abaixo, pode-se perceber que o comportamento cambial mostrava uma forte valorização do real, o que barateia produtos importados, ou seja, estimula as importações, ao passo que tem efeito contrário em relação as exportações visto que os produtos brasileiros ficam mais caros, além do desequilíbrio da Balança Comercial, isso impede o desenvolvimento de novos setores industriais para exportação (KOMATSU; FILHO, 2015).

**Figura 02 - Evolução da taxa de câmbio (US\$/R\$)
1999-2011**



Fonte: BACEN, 2021

Entretanto, dado o posicionamento do Brasil no mercado global, valorizar o real também não é uma atitude ilibada de efeitos danosos. Sempre que há uma elevação do preço das divisas brasileiras temos quase que instantaneamente consequências inflacionárias, pois os preços dos insumos importados são repassados aos preços dos produtos (o que ocorre com a gasolina, com o pão e com os remédios por exemplo) bem como o aumento do preço de produtos importados fazem com que os produtos nacionais tenham posição relativa favorável, de modo a propiciar margem para aumento das margens de lucro via aumento de preços. Outro impacto negativo da desvalorização é o encarecimento de tecnologias estrangeiras que são importadas pelas indústrias brasileiras, causando possivelmente a queda no volume de investimentos (HOFFMANN, 2011).

Além do fator cambial, a indústria brasileira não atua ou atua muito pouco em bens de consumo de maior complexidade como a produção de smartphones, novas tecnologias informacionais e de comunicação, ou seja, o crescimento econômico também estava limitado a matriz industrial brasileira. Esses setores absorveriam mão-de-obra qualificada que ainda hoje é a maior parte da oferta brasileira, ou seja, além de uma política industrial precisamos qualificar ainda mais a mão-de-obra, ampliar a formação universitária e investir na formação de setores estratégicos, a qualificação e a diversificação industrial garantiriam tanto crescimento quanto desenvolvimento equilibrados.

Cabe aqui salientar que o papel da distribuição de renda e seu impacto no crescimento econômico, observado no Brasil sobretudo a partir de 2006, não necessariamente implica a crença de que seja o único fator para puxar o crescimento econômico, nem como garantidor *per se* do crescimento da economia, a continuidade de políticas econômicas progressivas encontraram seus limites e pontos desafiadores como o controle inflacionário, o equilíbrio das contas públicas, e como citado acima, políticas específicas para setores econômicos suplementares, como o caso do setor industrial brasileiro (BIANCARELLI, 2014).

Os aspectos da distribuição de renda não são apenas defensáveis moralmente, são também defensáveis do ponto de vista do crescimento econômico no caso brasileiro e pode ser uma das alternativas para superar as limitações que ainda persistem em nosso funcionamento, visto que a configuração brasileira mantém as mesmas características de um passado colonial,

com poucas commodities como principal fonte de receitas estrangeiras que tornam a nossa economia instável, já que o mercado não pode ser considerado um polo gerador de empregos diretos, principalmente após a chamada Revolução agrária que substituiu grande parte da mão-de-obra por máquinas em sistemas de plantations, bem como submete a economia à vulnerabilidade periódica de safras e clima (CARVALHO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos o desenvolvimento, existe uma série de variáveis que precisamos considerar, além do crescimento econômico, precisamos ponderar outros fatores para discernir se as medidas tiveram participação efetiva na melhoria da qualidade de vida para os cidadãos. Um dos parâmetros utilizados globalmente diz respeito ao IDH (Índice de desenvolvimento Humano), que leva em consideração três variáveis (Esperança de vida ao nascer, anos de escolaridade e a renda nacional per capita), através do cálculo o nível de desenvolvimento é classificado de 0 a 1, em que 1 é o nível máximo de desenvolvimento humano.

Ao verificarmos esse índice para o Brasil, é possível concluir que tivemos um incremento significativo em nosso grau de desenvolvimento, entre os anos de 2000 e 2010 alavancados sobretudo nos números de Renda Nacional Per capita e na expectativa de vidas ao nascer, refletindo os investimentos e consolidação do Sistema Único de Saúde e as medidas já discutidas nesse campo, vale salientar que esse número é muito influenciado pela queda da mortalidade infantil, através do gráfico abaixo, podemos perceber que em 2002 o Brasil tinha uma taxa de 22,18 mortos por mil nascidos vivos e em 2010 o número foi reduzido para 17,22 de mortos por mil nascidos vivos.

Podemos concluir também que medidas de longo prazo, principalmente voltadas para a educação, refletem na melhoria do IDH em anos posteriores ao governo Lula, a média de anos de escolaridade dobra em 25 anos, o que muito tem a ver com as políticas inclusivas do Prouni, Fies, aplicação de cotas sociais e raciais bem como a construção de novas universidades públicas.

Logo, houve melhorias sociais para a sociedade brasileira ao término do governo Lula, que poderiam ter sido melhores não fossem as limitações supracitadas. Mas, cabe lembrar que todo direito em nosso recente sistema democrático só é mantido com base nas lutas populares e o debate. Em um momento histórico em que a luta de classes pulsa em uma polarização que rompe as barreiras eleitorais, não é apenas a cadela do fascismo que está no cio como diria Bertoldo Brecht, mas também a cadela da diminuição de direitos e retrocessos econômicos que tocam sobretudo os menos favorecidos no capitalismo brasileiro: Os pobres e periféricos.

Podemos concluir ainda, que ao analisarmos o crescimento econômico, podemos considerar que o crescimento na época foi motivado sobretudo pela inserção de uma nova classe no mercado consumidor (consequência direta dos mecanismos de distribuição), o alto grau de investimento público através dos programas de habitação e ao Programa de Aceleração do Crescimento que possibilitou a utilização de fatores ociosos na produção, o favorável setor externo e a melhora de expectativas dos agentes.

Quanto as limitações do período, é possível citar a ausência de uma reforma tributária progressiva, bem como a reformulação da nossa política industrial, que como citado no texto poderiam elevar o padrão de crescimento e desenvolvimento econômico nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Boletim**. Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP), 2021.
- BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal, crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, SP, n58, jun. 2014. P263a P288.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**, 1 Ed., São Paulo, SP, Todavia, 2018.
- CARVALHO, L. **Sistema tributário atua como Robin Hood às avessas**. In Folha de São Paulo, 19/11/2017, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/11/1932149-sistema-tributario-atua-como-robin-hood-as-avessas.shtml>, acesso em 26/06/2021.
- FAGNANI, E. **A política Social do Governo Lula (2003 - 2010): perspectiva histórica**. IE/UNICAMP n. 192 - 2011
- HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Revista de Estudos Avançados**, v.15 n.41 São Paulo, SP, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>, acesso em 29/06/2021
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, **Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos - Brasil - 2000 a 2015**, Disponível em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-mortalidade-infantil.html>, acesso em 29/06/2021.
- KOMATSU, B. K.; FILHO, N. A. M. **Salário mínimo e desigualdade salarial: um estudo com densidades contrafactuais nas regiões metropolitanas brasileiras**, Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico, v.45, n3, 2015. p.365 -406.
- MORGAN, M. Extreme and persistent inequality: New evidence for Brazil Combining National accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. WID. **World Working Paper Series**, v. 12, 2017.
- PIRES, M. **Política Fiscal e ciclos econômicos no Brasil**, Economia Aplicada, Ribeirão Preto, SP, vol. 18, n1. P69 a P90.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, **Evolução do número total de empregados, com vínculo formal de emprego (Em milhões), 1994 - 2012**, Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>, Acesso em: 29/06/2021.